

CONVERGÊNCIAS DA MULHER BRASILEIRA E DA MOÇAMBICANA NO TRABALHO (1990- 1999)

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Felismina João Baptista Vantitia

E-mail:

felisminvantitia@gmail.com

Instituição: Universidade Rovuma, Moçambique.

Submetido: 24/05/2023

Aprovado: 24/08/2023

Publicado: 15/04/2024

 10.20396/rho.v24i00.8673557

e-Location: e024014

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

VANTITIA, F. J. B.; PALHANO, I. C.; MARUIM, H. T.; SILVA, R. M. da; GARCIA, R. H.

Convergências da mulher brasileira e da moçambicana no trabalho (1990- 1999). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 24, p. 1-23, 2024. DOI:

10.20396/rho.v24i00.8673557.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8673557>. Acesso em: 15 abr. 2024.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



  **Felismina João Baptista Vantitia***
Universidade Rovuma

  **Isabel Castilho Palhano****
Universidade do Centro-Oeste

  **Hemili Taynara Maruim*****
Universidade Estadual de Ponta Grossa

  **Rosiane Machado da Silva******
Universidade Estadual de Ponta Grossa

  **Regiane Hartmann Garcia*******
Secretaria de educação do Paraná

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as relações de trabalho das mulheres, traçando as semelhanças e as diferenças por meio da imprensa, no contexto brasileiro, mais especificamente no estado do Paraná, na cidade de Ponta Grossa, comparando com excertos da imprensa moçambicana. Neste estudo, adotamos como viés de análise a perspectiva metodológica da abordagem teórica histórico-crítica. Assim, os posicionamentos teóricos de Karl Marx e Friedrich Engels ganham destaque em relação à análise sobre o trabalho e suas contradições, presentes no contexto político e econômico de uma sociedade capitalista. Ao longo do artigo, abordamos a função social da mulher na origem da exploração de classe por meio do trabalho. Exploramos a relação entre a mulher, o trabalho e a educação com base nos dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Discutimos também o uso da imprensa como fonte primária e seu surgimento no Brasil, desde a imprensa artesanal até a industrial, como uma importante fonte de estudos e pesquisa para a historiografia de um determinado momento histórico. Além disso, examinamos a representação da mulher moçambicana e da mulher pontagrossense no trabalho, conforme retratadas pela imprensa. Nas considerações finais, destacamos a necessidade de políticas inclusivas que realmente valorizem e atendam às necessidades das mulheres no mercado de trabalho, sem distinção de cor, sexo, idade, biotipo corporal, estado civil ou qualquer outro atributo que vá além de sua capacidade e força de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Trabalho. Imprensa. Contradições.

COVERGENCE OF BRAZILIAN AND MOZAMBICANS WOMEN AT WORK (1990-1999)

Abstract

This article aims to analyze the relationship of women's work, tracing the similarities and differences through the press in the Brazilian context, more specifically in the State of Parana, in the city of Ponta Grossa, comparing with excerpts from the Mozambican press. In this study, we adopt the methodological perspective with which we prioritize the theoretical historic-critical approach. Thus, the theoretical positions of Karl Marx and Friedrich Engels stand out in relation to the analysis of work and its conditions, present in the political and economic context of a capitalist society. Throughout the article, we address the social function of women in the origin of class exploitation through work. We explore the relationship of women, work, and education based on the data presented by the Institute of Applied Economic Research. We also discuss the use of the press as a primary source and its emergence in Brazil, from artisanal to industrial press, as an important source of study and research for the historiography of a specific historical moment. Additionally, we examine the portrayal of Mozambican women and women from Ponta Grossa in the workplace by the press. In the concluding remarks, we emphasize the need for inclusive policy actions that truly recognize and address women's needs in the job market, without distinction of color, sex, age, bodily biotype, marital status, or any other attribute beyond their capacity and workforce.

Keywords: Woman. Work. Press. Contradictions.

CONVERGENCIAS DE LA MUJER BRASILEIRA Y DE LA MOZAMBICANA EN EL TRABAJO (1990- 1999)

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar las relaciones de trabajo de las mujeres, trazando las semejanzas y las diferencias, por medio de la prensa, en el contexto brasileño, más específicamente en el estado de Paraná, en la ciudad de Ponta Grossa, comparando con los extractos de la prensa moçambicana. En este estudio, adoptamos como punto de vista de análisis la perspectiva metodológica del abordaje teórico histórico-crítico. Así, los posicionamientos teóricos de Karl Marx y Friedrich Engels sobresalen en relación al análisis sobre el trabajo y sus contradicciones, presentes en el contexto político y económico de una sociedad capitalista. A lo largo del artículo, **abordamos** la función social de la mujer en el origen de la explotación de clase por medio del **trabajo**. Exploramos la relación de la mujer, el trabajo y la educación a partir de los datos presentados por el Instituto de Investigación Económica Aplicada. También discutimos el uso de la prensa como fuente primaria y su surgimiento en Brasil, desde la prensa artesanal hasta la industrial, como una fuente importante de estudios e investigaciones para la historiografía de un momento histórico determinado. Además, examinamos la representación de la mujer moçambicana y de la mujer de Ponta Grossa en el trabajo, según lo retratado por la prensa. En las consideraciones finales, resaltamos la necesidad de acciones políticas inclusivas que realmente valoren y atiendan las necesidades de las mujeres en el mercado laboral, sin distinción de color, sexo, edad, biotipo corporal, estado civil o cualquier otro atributo que vaya más allá de su capacidad y fuerza de trabajo.

Palabras clave: Mujer. Trabajo. Prensa. Contradicciones.

A FUNÇÃO DA MULHER NA ORIGEM DA EXPLORAÇÃO DE CLASSE

Neste estudo, apresentamos a análise do contexto da mulher pontagrossense e da moçambicana nas relações de trabalho, a partir dos excertos de jornais e periódicos no recorte temporal estabelecido (1990-1999). Discutir acerca do tema da mulher negra, faz-se necessário se remeter ao percurso histórico do trabalho como condição humana.

Por isso, cada forma particular do trabalho na história funda um modo de produção também particular: o trabalho primitivo fundou o comunismo primitivo, o trabalho do escravo é o fundamento do modo de produção escravista, o trabalho do servo é o fundamento do modo de produção feudal e o trabalho proletário é o fundamento do modo de produção capitalista [...] (Engels, 2012, p. 9).

Esse seria o percurso da exploração do trabalho para chegar ao modelo de produção capitalista, no entanto, para a consolidação deste modelo, um arcabouço institucional de proteção vai sendo construído, o qual, concordando com Engels (2012), culmina no agravamento da divisão de classes. Essa divisão tem origem na família, na finalidade da proteção e na legitimidade da propriedade privada - elementos com os quais o Estado moderno é criado.

Nesse percurso histórico da constituição social das mulheres, observa-se que o trabalho delas vem desde a organização tribal primitiva, atendendo às demandas de sua existência grupal.

A divisão do trabalho é absolutamente espontânea: só existe entre os dois sexos. O homem vai à guerra, incumbe-se da caça e da pesca, procura as matérias-primas para a alimentação, produz os instrumentos necessários para a consecução dos seus fins. A mulher cuida da casa, prepara a comida e confecciona as roupas: cozinha, fia e cose. Cada um manda em seu domínio: o homem na floresta, a mulher em casa. Cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa: o homem possui as armas e os petrechos de caça e pesca, e a mulher é dona dos utensílios caseiros (Engels, 2012, p. 200).

Esses afazeres ditos femininos foram sendo assumidos devido à condição da maternidade, uma vez gestante e na amamentação, era mais prudente ficar junto a tribo até mesmo por segurança de suas crianças.

Mas esta divisão sexual do trabalho permanece espontânea e predominante enquanto as tribos primitivas viviam de forma nômades. Realidade que passa a ter mudanças a partir do momento em que se tornam sedentárias. Essas tribos, uma vez sedentárias, passam a ter a preocupação de conquistar e de delimitar novos territórios. Espaços que vão sendo demarcados inicialmente, concebidos de forma coletiva. Territórios que, com o tempo, vão-

se subdividindo na organização de posse privada de alguns integrantes que tinham domínio e privilégio político nas comunidades.

Diante disso, as mulheres passam pelo casamento grupal (coletivo) e chegam ao casamento monogâmico como expressão da dita civilização, no entanto, a fidelidade feminina tem um interesse próprio do homem no relacionamento. “Baseia-se no predomínio do homem; sua finalidade expressa é procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, como herdeiros diretos, um dia entrarão na posse dos bens de seu pai” (Engels, 2012, p. 83).

Essa finalidade do interesse privado faz nascer o casamento monogâmico, mas **isso** não foi uma conciliação harmoniosa entre o homem e a mulher. Pelo contrário, surge como a possibilidade da escravização de um gênero pelo outro. É o primeiro antagonismo de classe, ou seja, a primeira opressão de classe, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. Portanto, nessa relação de opressão, a mulher, ao buscar favores do homem em troca de favores sexuais, chega à prostituição, sendo indiferente se ocorre dentro ou fora do casamento oficializado.

No interesse de proteger seus bens, o casamento monogâmico já foi objeto de negócios da escolha por homens, pais de arranjo conveniente,

[...] esse matrimônio de conveniência se converte, com frequência, na mais vil das prostituições, [...] por parte da mulher; esta só se diferencia da cortesã habitual pelo fato de que não aluga o seu corpo por hora, como uma assalariada, e sim que o vende de uma vez, para sempre, como uma escrava (Engels, 2012, p. 94).

A partir desta definição da origem da divisão de classes que é assumida dentro da complexidade das múltiplas determinações, é que surge a contradição que molda a luta de classes ao longo da história da humanidade. É na interação das relações entre as forças produtivas que essa contradição se manifesta. Nessa totalidade de conflitos, surgem ideias e consciências que diferenciam os interesses das classes sociais, e essas relações, ao se manifestarem, ficam evidentes na arena da luta política (Marx; Engels, 2014).

Realizando-se, assim, mediada por esta instituição, dando legitimidade como aparato de proteção do desenvolvimento capitalista, pois o econômico se constitui em um agente fundante neste processo, no qual a teia de relações efetivas acontece por meio da mediação entre o todo articulado universalmente. “Mas, em relação mesmo com a história econômica, [...] a história das instituições políticas, a evolução das normas jurídicas e a história das relações internacionais” (Marx, 2013, p. 29). Dentro desta luta política de interesse, surge a necessidade de instituições que o próprio modelo econômico cria, que é o caso do Estado. Este, como o capital, possui, em sua essência, uma complementaridade da base fundamental, condição que deve rejeitar a neutralidade da mediação na tentativa de solucionar as contradições do sistema (Mészáros, 2015). Tal instituição é protetora do capital, o Estado moderno se materializa pelo fundamento do princípio da liberdade natural.

O homem, nascendo, conforme provamos, com direito a perfeita liberdade e gozo incontrolado de todos os direitos e privilégios da lei da natureza, por igual a qualquer outro homem ou grupo de homens do mundo, tem, por natureza, o poder não só de preservar a sua propriedade – isto é, a vida, a liberdade, e os bens – contra os danos e ataques de outros homens, mas também julgar e castigar as infrações desta lei por outros conforme estiver persuadido da gravidade da ofensa, mesmo com a própria morte nos crimes em que o horror do fato o exija, conforme a sua opinião. Contudo, como qualquer sociedade política somente quando cada um dos membros renunciar ao próprio poder natural, passando-o às mãos da comunidade em todos os casos que não lhe impeçam de recorrer à proteção da lei por ela estabelecida (Locke 1991, p. 249).

É com essa finalidade que surge o Estado moderno como um regulador das ações individuais, com o objetivo de proteger a propriedade individual, que é tratada como se fosse de interesse coletivo. Isso acontece porque indivíduos específicos que desempenham papéis em determinados modos de produção estabelecem entre si relações sociais e políticas específicas (Marx; Engels, 2014). Ou seja, nesse contexto material, o Estado, como uma expressão de um certo modo de produção, acaba por preservar a continuidade da divisão de classes.

Considerando que o Estado moderno está a serviço do capitalismo, ele desenvolve políticas educacionais que estão alinhadas com os interesses econômicos. Portanto, é essencial analisá-lo considerando que essa totalidade possui uma forte força ideológica no atual contexto estrutural do capitalismo global. A ideologia está ligada à especulação sobre a vida real: “[...] onde a especulação termina, na vida real, começa também a verdadeira ciência positiva, a exposição da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos seres humanos. As frases sobre consciência dão lugar ao conhecimento real” (Marx; Engels, 2014, p. 95).

Dentro dessa perspectiva materialista, a ciência tem a função de desvendar a verdade e desmistificar as ideologias dominantes. A ideologia liberal, por exemplo, é a expressão de um quadro político resultante do conflito entre classes sociais na busca pela socialização dos bens produzidos, tanto materiais quanto culturais. Esse processo se concretiza nas contradições e impulsiona a luta de classes ao longo da história da humanidade.

Essa contradição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio, que, como vimos, ocorreu várias vezes na história anterior sem, no entanto, ameaçar o seu fundamento, teve de irromper numa revolução em que a contradição assumiu ao mesmo tempo diversas formas acessórias, tais como totalidade de colisões, colisões entre classes distintas, contradição da consciência, luta de ideias, luta política etc. (Marx; Engels, 2014, p. 61).

São lutas resultantes de relações sociais em conflito, que são intermediadas por instituições, as quais oferecem proteção ao legitimarem-se como parte de um aparato de manutenção do desenvolvimento capitalista. Portanto, o fator econômico atua como um elemento fundamental nesse processo, com mediações que se concretizam nas interconexões

das relações dentro de um todo globalmente articulado. Nesse contexto, dentre as instituições engendradas pelo próprio modelo econômico, surge o Estado.

Os fatores dinâmicos das transformações sociais devem ser buscados no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações que os homens são compelidos a estabelecer entre si ao empregar as forças produtivas por eles acumuladas a fim de satisfazer suas necessidades materiais. Não é o Estado, como pensava Hegel, que cria a sociedade civil: ao contrário, é a sociedade civil que cria o Estado (Marx, 2013, p. 20).

Considerando que o Estado moderno está a serviço do capitalismo, este desenvolve políticas que vão a favor dos interesses econômicos. Dessa forma, diante da necessidade liberal de reorganização social, a função do Estado se torna primordial. Com tal manutenção da estrutura social pela classe burguesa, o Estado exerce uma função vital no esforço desta classe de sempre buscar a expansão.

O Estado continua a se comportar como se a burguesia pudesse, e realmente quisesse, exercer sua função de um contínuo movimento em expansão; na verdade, ele impõe as leis burguesas como se houvesse apenas uma classe e uma sociedade. [...] um grupo em potencial totalmente inclusivo, daí um sistema de leis e normas que tratavam os indivíduos como se eles estivessem para ser incorporados à burguesia (Carnoy, 1988, p. 111).

Este Estado, dado como resultado de uma determinada sociedade, de modo algum vai agir diferente, sua expressão é o resultado da irremediável realidade.

[...] um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é ‘a realidade da ideia moral’, nem ‘a imagem e a realidade da razão’, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocando aparentemente por cima da sociedade, chamando a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (Engels, 2012, p. 213).

Como organismo de proteção, o Estado também é um resultado das mudanças históricas, funcionando como uma repressão da classe explorada. Foi dessa forma que o antigo Estado se desenvolveu, com senhores que mantinham seus escravos subjugados. No período feudal, também serviu para subjugar servos e camponeses perante a nobreza e o clero da época. Na modernidade, a instituição estatal continuou sendo um instrumento a serviço do capitalismo para explorar os trabalhadores assalariados.

No Brasil, as condições de trabalho das mulheres, especialmente das negras, têm suas raízes no sistema escravocrata implantado por Portugal para impulsionar a economia agrária da colônia brasileira. Isso começou com a extração de madeira (pau-brasil) e, em seguida, com o cultivo, majoritariamente realizado por mão de obra negra, na plantação de cana-de-açúcar. Sob condições de trabalho desregulamentadas e jornadas exaustivas, esse sistema escravista perdurou por mais de três séculos no Brasil. Schwarcz (1998) argumenta com acerto que o trabalho escravo não apenas legitimou a inferioridade do negro, mas também suprimiu qualquer debate sobre cidadania e desigualdades sociais.

A ocupação de mulheres negras no trabalho, desde os tempos da escravidão, abrangia desde tarefas nos campos até as demandas provenientes das casas grandes, além de serem exploradas como objetos de satisfação sexual para os senhores proprietários de escravos. Conforme apontado por Azerêdo (2007), a jornada dupla de trabalho já era uma realidade constante na vida das mulheres negras: ora nas casas grandes, ora nos campos, ora nas propriedades de escravos.

É perceptível que o trajeto que traça a origem da exploração de classe, seja na família burguesa ou na escravidão, demonstra que a função atribuída à mulher, que é também o próprio proletariado, está carregada de contradições resultantes dos discursos da classe dominante. Com o intuito de analisar as congruências existentes no trabalho da mulher brasileira e africana, a fim de compreender e analisar sua condição social, escolhemos utilizar a imprensa como fonte de pesquisa.

O USO DA IMPRENSA COMO FONTE NO DECORRER DO TEMPO

A utilização da imprensa para verificar a existência de notícias publicadas sobre a temática em questão ocorre porque acredita-se que, durante o período estudado e já mencionado, as leis abolicionistas do século XIX já haviam sido promulgadas e os movimentos em prol da escolarização e da empregabilidade dos negros, resultantes destas leis, foram noticiados pela imprensa. Para isso, é preciso retomar o processo de transformação da historiografia e as modificações ocorridas na segunda metade do século XX, que, de alguma maneira, credita à Escola dos Annales a expansão do campo de estudo dos historiadores.

Le Goff afirma que o trabalho de Bloch e Febvre na construção dos Annales é de grande originalidade e produziu uma ruptura na historiografia, na qual eles estabeleceram um novo paradigma historiográfico. No entanto, somente a partir da terceira geração dos Annales é que as portas se abriram efetivamente para os impressos.

Os impressos representam significativos mananciais de informações sobre o repertório de uma época e sobre os usos que dele faziam seus colaboradores. Nele se fazem presentes projetos, opiniões, conflitos e debates, que apontam a complexidade dos interesses e experiências dos

indivíduos e dos contextos em que se inscrevem (Silva; Nascimento; Zica, 2010, p. 223).

Este contexto legitimou, sob muitos aspectos, a imprensa periódica como fonte primária para pesquisas históricas, entendendo-a não como um receptáculo de informação, mas como uma peça documental que traz em si um amplo espectro de elementos socioculturais do momento em que foi produzida (Luca, 2006). Percebe-se, desta forma, a força simbólica das palavras que circulavam através da imprensa periódica e que, ainda hoje, seja por meio de jornais e/ou de revistas, vêm favorecendo a ampliação da pesquisa histórica-educacional, pois configura um instrumento privilegiado para a construção do conhecimento nesta área.

O pesquisador, ao utilizar a imprensa como fonte, amplia seus conhecimentos e percepções acerca da diversidade de material disponível e acessível que outrora fora desconsiderado enquanto fonte.

A imprensa periódica divulga notícias, logo, o pesquisador deve estar atento e ter uma percepção crítica sobre este instrumento, analisando, por exemplo, o motivo de determinada notícia obter maior publicidade em relação a outra. É preciso, então, ter dimensão dos fatos sobre o seu objeto de estudo, voltar sua atenção ao conteúdo integral do periódico.

Partindo do contexto da imprensa como fonte, no Brasil, a partir de 1808 e, de maneira mais intensa, a partir de 1822, sua expansão e organização ocorreram com características próprias, influências políticas e expressões dos interesses de cada época. O país passou por transformações decorrentes das contradições nas relações entre a classe dominante colonial e a emergente burguesia (Nascimento, 2004).

Com a criação da Imprensa Régia, foram inaugurados os jornais *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Correio Braziliense*. No final da década de 1820, uma série de publicações, entre pasquins, folhetos e jornais, propagava-se pelos principais centros urbanos do Império. Assim como na Europa, os jornais que eram produzidos no Brasil, durante o século XIX, tinham como princípio o projeto iluminista de veicular valores e ideias para educar e civilizar o leitor. A imprensa passou a ser constantemente percebida como “[...] o meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas” (Pallares-Burke, 1998, p. 147). Os jornais representaram, no contexto imperial, não somente um espaço de discussões políticas, mas também de formação da opinião pública.

Os pressupostos e bases para a construção do Estado Nação idealizados pelas elites política e intelectual ganhavam projeção e propagavam-se através das páginas dos principais jornais das províncias do Império brasileiro. Nesse sentido, vale mencionar que a imprensa se apresenta como resultado de uma série de tensões e dinâmicas que sucedem entre os atores sociais e seu contexto histórico. Em suma, todo o movimento vivido pela imprensa periódica no século XIX fez com que ela alcançasse uma “legitimidade enquanto um discurso autorizado”, que visava, além de

propagar o ideário educacional, inculcar valores e bons hábitos. (Faria Filho; Chamon; Rosa, 2006, p. 14-15).

“No fim do século XIX, a imprensa artesanal estava sendo substituída pela imprensa industrial. A imprensa brasileira se aproximava, pouco a pouco, dos padrões e das características peculiares de uma sociedade burguesa” (Sodré, 1999, p. 261). Diante disso, com a passagem do século XIX para o XX, ocorre a transição da chamada “pequena” para a “grande” imprensa no período.

[...] de 1830 a 1850 foi o grande momento da imprensa brasileira. Fraca em técnica, artesanal na produção, com distribuição restrita e emprestada, praticamente inexistente uma vez que inespecífica, encontrou, entretanto, na realidade política a fonte de que se valeu para exercer sobre essa realidade, por sua vez, influência extraordinária considerada as condições da época. Foi, praticamente, a infância da imprensa brasileira; talvez a sua turbulenta adolescência, quando muito, se considerarmos infância a curta fase em que batalhou pela liberdade conjugada à Independência do país (Sodré, 1999, p. 180).

Atualmente, no Brasil, a pesquisa educacional que utiliza a imprensa como fonte histórica documental avançou significativamente, sobretudo no âmbito acadêmico. Esse avanço contribui para a ampliação das formas de utilização da imprensa como recurso histórico, podendo ser empregada tanto para a análise específica da realidade de um momento histórico particular, quanto para a exploração de objetos de pesquisa que abrangem diferentes fontes de informação. Além disso, possibilita a compreensão da educação como um processo histórico inseparável das lutas resultantes das relações sociais.

Nos últimos tempos, os estudos que utilizam a imprensa como referência para a compreensão da realidade brasileira têm se desenvolvido muito nos meios acadêmicos, notadamente na área da história. Assim, a conjugação da informação jornalística com a metodologia histórica tem se mostrado produtiva para ambas as áreas. Tanto a imprensa ganhou na forma de tratar suas informações e no enriquecimento de sua própria história, como a história, propriamente dita, encontrou um novo manancial de dados, a partir do qual pode ampliar seu ângulo de visão e promover interpretações mais abrangentes, que consigam reproduzir de forma mais eficiente a dinâmica social (Carvalho; Inácio Filho, 2007).

A utilização da imprensa como fonte de pesquisa passou a ter outro olhar diante do pesquisador que pontua a sua importância para as novas análises sobre política e cultura, podendo, assim, desvendar seus aspectos dentro de um período determinado de estudo e contribuir com as transformações sociais e com a construção da história. Por isso, é preciso pesquisar todo o contexto social, político e econômico no qual o foco do estudo está envolvido.

A priori, ao destacar a imprensa como fonte científica, o pesquisador deve reforçar a relação intrínseca que há nas entrelinhas, não somente as marcas do contexto social, mas também a relação entre a cultura e o poder existentes – devendo interpretar a fonte, deixando

de lado a neutralidade com relação ao fato a ser analisado, pois ele faz parte da sociedade que se está estudando. O pesquisador deve se debruçar sobre sua fonte, questionando, refletindo, construindo, reconstruindo, estabelecendo ligação entre os fatos e posicionando-se de maneira ativamente diante das descobertas que vai encontrando na sua caminhada.

A IMPRENSA E A PESQUISA

O uso da imprensa, especialmente a escrita, como fonte na condução da pesquisa científica, tem sido cada vez mais frequente como base para que pesquisadores e historiadores possam realizar suas investigações e compreender o passado humano na construção e reconstrução da história ao longo do tempo. Isso se deve ao fato de que a imprensa apresenta discursos e manifestações de um contexto social específico, permitindo que esses profissionais analisem e compreendam as nuances e as expressões desse contexto.

Nesta perspectiva, a imprensa traz aproximações em relação aos acontecimentos, com “[...] caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade, que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico” (Nóvoa, 1997, p. 31), porém não podemos deixar de estar em alerta, pois “[...] ela possui uma série de ‘armadilhas’ que o pesquisador deve estar preparado para enfrentar para melhor compreender a sua fonte e/ou objeto de estudo” (Oliveira, 2011, p. 141), “[...] mesmo os documentos mais claros não falam por si mesmos, sendo necessário que o historiador faça as perguntas corretas” (Bloch, 2001, p. 79).

Um dos objetivos que tornam a imprensa uma interessante fonte de estudo para a historiografia e para o historiador é que ela tem uma linguagem simples, clara e acessível. São fatores determinantes a esse meio de comunicação, na utilização do seu processo de criação, já que o seu discurso se constrói a partir dos múltiplos atores da sociedade.

Historiadores de diversas matizes teóricas reconheceram na imprensa escrita novas possibilidades de análises e ressignificações do passado. Contudo, a inserção dos impressos na produção historiográfica brasileira, especialmente o uso de jornais, revistas, folhetins e edições ilustradas, ainda é recente se comparado a Europa e Estados Unidos. Somente nos últimos anos, os trabalhos que se valham de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história do Brasil se consolidaram. Identificam-se, a partir de então, um relativo aumento na utilização dos periódicos como documento e objeto de pesquisas, incluindo-os em dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações de artigos e/ou livros (Calonga, 2012, p. 86).

Contudo, até a década de 1970, o uso da imprensa como fonte no Brasil era encarado com desconfiança pelos historiadores. De acordo com Tânia Regina de Luca (2008), eram poucos os trabalhos que empregavam jornais e revistas como fonte de pesquisa. A autora destaca que, embora já houvesse uma preocupação em escrever sobre a história da imprensa, havia uma relutância em utilizar a imprensa como um meio para construir a história em si. Essa relutância demonstra o receio existente entre os historiadores que, até recentemente,

não depositavam confiança nos meios jornalísticos como documentos para suas pesquisas, apesar de já haver trabalhos que faziam uso dos periódicos como fonte. Maria Helena Capelato observa que, após a década de 1970, a imprensa passou a ser vista como “[...] um espaço de representação da realidade” (Capelato, 1988, p. 24).

O historiador passou a estudar os jornais como agente da história, captando o movimento vivo das ideias e os personagens que circulam pelas suas páginas. Os impressos, nesse sentido, não são meros transmissores, imparciais e neutros dos acontecimentos. Por meio deles, apregoam-se as forças políticas dos grupos que compõem a sociedade. Para a autora, nos vários tipos de periódicos, encontram-se “[...] projetos políticos e visões de mundo representativas de vários setores da sociedade” (Capelato, 1988, p. 34). Por isso, “[...] têm a função de ‘despertar as consciências’ e ‘modelá-las’ conforme seus valores e interesses, procurando indicar uma direção ao comportamento político do público leitor” (Capelato, 1988, p. 34).

Devido a isso, é importante ressaltar que cabe ao historiador “[...] os questionamentos às fontes, para extrair um significado, retirando de sua linguagem os elementos capazes de representarem determinado momento histórico” (Sosa, 2007, p. 16).

O pesquisador é, no processo de pesquisa, um investigador com as bases teóricas definidas e que se apropria do tema analisado. Assim, cabe a ele ressaltar que, não apenas os elementos do momento histórico são importantes, mas também é relevante a busca por captar quais são os subsídios de interesse do texto impresso.

A fonte histórica passou ser a construção do historiador e de suas perspectivas, sem deixar de lado a crítica documental, pois questionar o documento não era apenas construir interpretações sobre ele, mas também conhecer na origem, sua ligação com a sociedade que o produziu, entre outros (Silva; Silva, 2005, p. 159).

Se faz necessário o destaque da imprensa negra no Brasil, na qual grande número de exemplares surge, na primeira metade do século XX, como uma iniciativa de veicular a visão de mundo excludente acerca dos negros,

A expressão “imprensa negra” é comum no meio acadêmico para designar títulos de jornais e revistas publicados em São Paulo após o processo abolicionista, no final do século XIX. Estes periódicos destacaram-se no combate ao preconceito e na afirmação social da população negra, funcionando como instrumentos de integração deste grupo na sociedade brasileira no início do século XX (Imprensa [...], 2011, p. 1).

Desde o século XIX, as publicações negras proliferavam por todo o território nacional. Além do jornal Pasquim, considerado como um marco dessa imprensa, também se destacaram publicações tais como:

O Mulato ou O Homem de Cor, publicado pelo tipógrafo fluminense Paula Brito, no ano de 1833, que trazia questões sobre as falhas da cidadania

conferida a negros livres e libertos, contrariando os princípios da Constituição brasileira de 1824, e alertava sobre a precária situação dos “homens de cor” não escravizados (Imprensa [...], 2011, p. 1).

De acordo com Graf (1981), no Paraná, o conteúdo das notícias veiculadas pela imprensa nas cidades mais antigas (dentre elas: Paranaguá, Curitiba, Morretes, Lapa, Campo Largo e Antonina) eram diversificados. Os temas variavam entre utilidade pública, poemas, crônicas e anúncios de vendas de produtos do comércio e de escravos:

Vende-se um escravo crioulo de idade de 28 annos que sabe todo o serviço de umma casa de família, excellente doceiro, padeiro e alfaiete, e é muito fiel. Quem pretender diriga-se ao sr. Bento Antonio de Menezes, que se acha encarregado da venda Curityba, 29 de Outubro de 1869 (Dezenove [...], 1869, p. 4).

Mediante o exposto, análise dos discursos veiculados é crucial para o pesquisador, uma vez que a imprensa, ao selecionar e transmitir a notícia, executa uma manipulação do conhecimento apresentado ao seu leitor. Nesse sentido, cabe ao pesquisador realizar uma leitura mais reflexiva e aprofundada do documento, ampliando o campo de visão em relação ao contexto histórico da época em estudo.

Inicialmente, é importante buscar determinar o valor da fonte, visando expandir as possibilidades de investigação, interpretação e contribuição, uma vez que a imprensa traz consigo discursos com intenções específicas, frequentemente apresentando verdades preestabelecidas que favorecem certos conhecimentos e doutrinam o público leitor. Dessa forma, de acordo com a perspectiva teórico-metodológica do pesquisador, este deve permanecer constantemente questionando a fonte que está sendo analisada.

CONVERGÊNCIAS SOBRE O TRABALHO DA MULHER PONTAGROSSENSE E DA MOÇAMBICANA

A MULHER E O TRABALHO A PARTIR DE DADOS DO IPEA

Visar a igualdade material da mulher negra frente ao mercado de trabalho é uma tarefa extremamente delicada. Por inúmeros fatores, sabe-se que o racismo, em virtude da cor da pele e de características fenotípicas, tem sido a marca principal para justificar o tratamento diferenciado com as pessoas negras. No que diz respeito ao mercado de trabalho, a situação da mulher trabalhadora negra é traduzida, em nosso país, na forma desigual de acesso às posições de ocupação de cargos diversos, através das diferenças salariais ou, até mesmos, nas funções atribuídas.

A Constituição Federal (CF) de 1988 traz, em seu corpo, uma série de preceitos que buscam garantir a igualdade entre todos e a não discriminação por qualquer motivo. Um exemplo desta questão é a Constituição Federal (CF) de 1988, mais especificamente o artigo

5º que diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (Brasil, art. 5º, caput, 1988). A Constituição deixa claro, também, que “[...] homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações [...]” (Brasil, art. 5º, I, 1988). No art. 7º, inciso XXX, da Constituição Federação (Brasil, 1988) encontramos ainda: “[...] proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil”.

A invisibilidade da mulher negra é uma questão que engloba tanto a sua negritude quanto a sua condição de mulher. Sabe-se que foram travadas inúmeras batalhas por direitos tanto para as mulheres quanto para os negros. Portanto, a mulher negra enfrenta uma dupla discriminação, devido à sua condição de gênero e de raça (decorrente da exploração do povo negro que ocorreu durante a escravidão).

A imagem do negro ainda reflete os primeiros momentos da história dessa parte da população no Brasil e o eurocentrismo que foi estabelecido desde os tempos da colonização em nosso país. Com influências diretas na sociedade, percebemos que essa imagem reproduz as discriminações e os preconceitos em suas relações. Até hoje, internalizamos o racismo em nossa sociedade, mas, na maioria das vezes, há uma negação disso, o que leva a naturalização e a aceitação do racismo no cotidiano como algo normal.

Da população negra, aproximadamente a metade é composta de mulheres. As mulheres negras são mais de 41 milhões de pessoas, o que representa 23,4% do total da população brasileira. São estas que sofrem com o fenômeno da dupla discriminação, ou seja, estão sujeitas às “[...] múltiplas formas de discriminação social [...], em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo, as quais resultam em uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida” (IPEA, 2004).

As mulheres sofrem violência na sociedade, o que também é expresso pelos salários desiguais que recebem pelo simples fato de serem mulheres e/ou negras. Sendo assim, vemos a maneira como o Estado pode interferir para coibir práticas de exclusão da mulher negra no mercado de trabalho.

Mas, como já citado anteriormente, tudo isso tem relação com o processo de historicidade e essa opressão é intrinsecamente ligada à estrutura do capitalismo. Segundo Marx, o capitalismo é o sistema econômico baseado no acúmulo de capital através da exploração dos trabalhadores(as), sendo, então, a forma na qual o explorador vai ter o excesso a mais valia. Esta última visa o acúmulo de riqueza e de propriedade privada dos meios de produção. Conforme Karl Marx (1984, p. 105-106) a produção do capital

[...] não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que se produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.

Como mencionado anteriormente, a divisão do trabalho existe desde os primórdios da organização tribal primitiva e, posteriormente, surge a família patriarcal. Conseqüentemente, cria-se a ilusão de que a mulher só recuperaria a igualdade por meio da inclusão e emancipação no contexto capitalista. No entanto, o que ocorre é um retorno à hierarquização. Portanto, constatamos que as discriminações de gênero e de raça não são fenômenos isolados, mas, ao contrário, interagem mutuamente. A discriminação racial frequentemente apresenta características de gênero, o que implica que as mulheres enfrentam, de forma distinta dos homens, discriminações e outros abusos de direitos humanos.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) selecionou um conjunto de informações formando indicadores, com foco nas desigualdades de sexo e de raça/cor, considerando como negros o conjunto da população preta e parda. Segundo IPEA, na década de 90, as pesquisas no Brasil mostram que 21% das mulheres negras são empregadas domésticas e apenas 23% delas têm Carteira de Trabalho assinada – contra 12,5% das mulheres brancas que são empregadas domésticas, sendo que 30% delas têm registro em Carteira de Trabalho. Outro dado alarmante é que 46,27% das mulheres negras nunca passaram por um exame clínico de mama – contra 28,73% de mulheres brancas que também nunca passaram pelo exame. Tanto as mulheres negras, quanto as brancas que estão no mercado de trabalho têm escolaridade maior que a dos homens. Porém, isso não se reflete nos salários.

A renda média mensal das mulheres negras no Brasil, segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, a renda média mensal era de R\$ 279,70 para mulheres negras, em comparação com R\$ 554,60 para mulheres brancas e R\$ 428,30 para homens brancos (IBGE, 2003). Em vista disso, é possível perceber que, embora as lutas por igualdade de gênero e de raça venham ganhando força no cenário brasileiro, ainda é frequente que muitas mulheres sofram, no capitalismo, com a opressão de classe, mas, também, com a opressão do sexo masculino para com o feminino.

ANÁLISE DOS JORNAIS PONTAGROSSENSE

Neste artigo, buscamos partir do concreto, da realidade histórica da época, para compreendermos o concreto pensado, revelado, isto é, a totalidade, uma categoria do método de análise. “O concreto é concreto porque é a síntese de numerosas determinações, ou seja, unidade na diversidade. A totalidade, tal como aparece na mente, como um todo pensado, é um produto do cérebro pensante” (Marx, 1978, p. 117). Dentro desses desafios, a perspectiva epistemológica que norteia nossa pesquisa possibilitou um olhar mais criterioso e crítico sobre a realidade e seu entorno.

Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui é da terra que se sobe para o céu. [...] não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se

chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que repensemos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital (Marx, 1978, p. 19).

Buscando analisar os jornais considerados mais importantes no estado do Paraná, mais especificamente na cidade de Ponta Grossa, pesquisou-se A GAZETA DO POVO e o DIÁRIO DOS CAMPOS GERAIS. Também foram considerados, para o estudo os jornais da década 90 do século passado, como A REPÚBLICA e A FEDERAÇÃO. O que foi possível a partir de sites como o dos Acervos Documentais do MUSEU CAMPOS GERAIS (M.C.G.), usando, como termos de busca, as expressões: mulher e relação trabalho; mulher, relação trabalho e educação; mulher e década de 90; trabalho e mulher. Partindo do recorte temporal de 1990, com esses descritores, não obtivemos nenhum resultado para essa busca.

Com isso, vemos que as questões se reafirmam e que esse tema sobre o trabalho e a mulher, mesmo no período pesquisado, ainda era muito pouco tratado, só corroborando para as questões de dominação, até pelo fato de que a imprensa traz informações e conteúdos históricos escritos em suas páginas que proporcionam o entendimento não só do processo formal em si, mas dos debates ocorridos na sociedade que refletem diretamente nela mesma. Contudo, como até mesmo afirmam Pasquini e Toledo, (2014, p. 257) precisamos entender que

[...] a utilização da imprensa, como fonte de pesquisa, proporciona a compreensão do processo histórico vinculado aos embates e produto das relações sociais, a imprensa fornece elementos que explicitam os debates realizados na esfera social, e que nem sempre estão próximos dos setores formais.

Assim, baseando-se nos dados levantados, é possível observar que a mulher ainda enfrenta indiferença no mercado de trabalho. Diante desse cenário, surge a urgência de refletir sobre a situação das mulheres negras no Brasil, especialmente no contexto do mercado de trabalho, considerando a persistente desigualdade de gênero e raça que afeta essa parcela da população. Isso deve ser analisado à luz dos princípios de igualdade material.

No entanto, é crucial direcionar novos enfoques e abordagens em relação à igualdade, visando criar novas oportunidades. Somente então poderemos esperar resultados diferentes, capazes de englobar políticas de inclusão social e racial. Esse é o caminho para reduzir as disparidades entre mulheres e homens e, por conseguinte, construir uma sociedade verdadeiramente democrática e igualitária.

A MULHER MOÇAMBICANA NO TRABALHO

A fim de estabelecermos a relação da mulher no contexto brasileiro, de modo pontual, na cidade de Ponta Grossa (no estado do Paraná), como já mencionado passamos a analisar as aproximações desse tema com as notícias veiculadas pela imprensa moçambicana sobre o contexto político, econômico e social, então, de Moçambique.

As autoridades e o governo moçambicano foram tomando várias medidas ao longo dos anos, visando o melhoramento da situação da inclusão da mulher no trabalho e em todas as esferas sociais. Há que se reconhecer que a complexa multiculturalidade, de certa forma, serviu de justificativa para a difícil aceitação e implementação das políticas públicas referentes ao progresso e melhoramento da vida das mulheres no país. É o que reitera Iglésias (2007, p. 134) ao afirmar que “[...] a sociedade moçambicana, que é tão complexa, mosaico de povos e de culturas, tão cheia de tensões sociais, tão plena de obstáculos à participação da mulher [...]”, são tensões sociais que fazem com que a mulher encontre obstáculos no seu dia-a-dia, o que, no entender de Souza (2019, p. 55), essas realidades visibilizam cenários de sofrimento, opressão e marginalização da mulher africana.

Assim, existem obstáculos, mas, também, transformações e alternativas que servem de alavanca às mudanças para a situação de opressão a que as mulheres vivenciaram. É nessa conformidade que, desde a Proclamação da Independência nacional, em 1975¹, Moçambique foi se preocupando com a questão da emancipação da mulher. O que é possível constatar, quer pelos discursos proferidos pelos governantes, concretamente, na pessoa de Machel² “[...] compete-nos transformar a massa enorme, [...] temos mulheres a quem durante milênios a sociedade oprimia asfixiando a iniciativa [...]” (Machel, 1979, p. 37), quer pelos meios de comunicação social, neste caso, a Revista Tempo³, que, nas suas páginas, foi passando informações da ou sobre a mulher em Moçambique. O mesmo é possível verificar na Constituição de Moçambique, que assegura a não discriminação entre homens e mulheres de forma explícita nos seus artigos 06º e 67º:

Artigo 6º, d) – Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais ou profissão. Artigo 67º – O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, econômica, social e cultural (Mocambique, 1990).

Embora se reconheça, hoje, a relação existente entre as leis e o estatuto social das mulheres e suas possibilidades de acesso aos recursos, são necessários constantemente enfatizar que só as reformas legais não foram suficientes para garantir a igualdade de gênero. Assim, em 1993, Moçambique adotou e ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher /United Nations Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW), mediante à resolução nº 4/93 da Assembleia da República, de 2 Junho (Moçambique, 1993), numa perspectiva de que as mulheres pudessem ter o acesso pleno aos níveis de saúde, de educação, entre outros. Ou seja, para que as mulheres pudessem ter o poder de decisão sobre si e a sociedade.

Foi com base nestes fundamentos que as organizações de mulheres em Moçambique pressionaram vivamente o Governo a empreender reformas legais mais profundas, de modo a refletir não só o espírito da Constituição e das Convenções assinadas, mas, também, na

própria realidade social mundial. O que ocorre uma vez que, nos últimos anos, tem-se assistido às profundas mudanças sociais e econômicas, “[...] a mulher, em contexto moçambicano, encontra-se em uma situação de conquistas atuais cujas lutas, desde a época do colonialismo, estão presentes nas principais causas em prol da igualdade entre os gêneros” (Souza, 2019, p. 55). Nessa ótica, após a Conferência de Beijing em 1995, foram então incluídas no plano governamental as ações para a promoção de algumas mudanças relacionadas à mulheres em Moçambique, cujas divulgação e implementação precisaram de auxílio de fundos monetários externo, como a doação feita pelas Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), no valor de 100 mil dólares americanos, valor que serviu para a formação de 85 mulheres empresárias, proprietárias de pequenas empresas e membros dirigentes de associações e organizações não-governamentais de sete províncias do país (Gemo, 1996).

Olhando por este cenário, pode-se perceber que o governo moçambicano está, sim, preocupado com a difusão e com a implementação das políticas públicas sobre a mulher. Mas vale observar que a efetivação desse projeto é feita com base nas orientações externas, incorrendo o risco de não ser abrangente para o país, muito menos para a mulher que, na verdade, precisa ter essa informação ou formação. Como é o caso das decisões tomadas, em Beijing, em seu favor, quer em termos de direitos sociais, quer em direitos laborais, pois, para além do número de representantes ser reduzido em relação à grandeza do país, as representantes são empresárias que, de certo modo, podem estar preocupadas com o lucro das suas empresas e não com a divulgação dos direitos da mulher enquanto trabalhadora, sendo guiadas pelo cenário da economia ou estando à procura de lucro, na lógica do mundo capitalista. Em vista dessa ideia, Gemo afirma que, “[...] suas donas têm neste momento de se auto-sustentarem e criar mais postos de trabalho, diminuindo conseqüentemente o número de desemprego” (Gemo, 1996, p. 32).

Sendo que, nesse sentido, a preocupação está mais na criação de empresas, de postos de trabalhos e de lucro, do que na questão de humanização e de divulgação das decisões da conferência internacional, inicialmente proposta.

No mínimo, as pessoas que poderiam engrossar as filas nos novos postos de trabalhos tinham que ser mulheres, mas, em muitos casos, elas são postas de lado, em detrimento ao homem, “[...] a opressão das mulheres na sociedade moçambicana tinha aspectos singulares” (Santana, 2014, p. 59). Verifica-se, desta maneira, certa discriminação ao acesso laboral. Mesmo sabendo que ela assume muitas responsabilidades na família nuclear, assim como, na sociedade. Provavelmente, porque a mulher é iletrada “[...] é dado assente que maior parte dos agregados familiares é chefiada por mulheres, mas o mercado de trabalho alberga mais homens do que mulheres” (Ao Menos [...], 1999, p. 42), sendo, dessa forma, que ela vive situações que a sujeitam ao sofrimento, à discriminação e à exploração, pela sua condição, a de ser mulher.

Outro cenário que merece destaque nessa reflexão, no que diz respeito à situação da mulher enquanto trabalhadora no país, neste período, é o da falta de reconhecimento das

atividades que elas executam, tanto nas suas famílias, quanto no setor laboral. Cenário esse que, em certos casos, leva ao assédio sexual, como o atesta o órgão informativo, “[...] por terem denunciado casos de assédio sexual a que foram alvo no seu posto de trabalho, duas trabalhadoras de igual número de empresas gráficas no Maputo foram este ano expulsas” (Assédio [...], 1999, p. 49). Mesmo elas demonstrando as suas qualidades como trabalhadoras, como defende uma das entrevistadas pela Revista Tempo.

[...] a falta de emprego constitui sobremaneira para estes conflitos conjugais, porque com as privatizações, a mulher é sempre a primeira que vai para o olho da rua, assim sendo, ela entrega-se ao trabalho de corpo e alma procurando dar de melhor e o máximo de si (Castilho, 1999, p. 29).

Alguns homens mantêm-se no ceticismo quanto à emancipação da mulher em relação ao trabalho formal, por considerá-la um ser inferior. Culturalmente, por muito tempo, ela esteve ligada às atividades domésticas e ao comércio de pouca escala, voltado apenas para a subsistência. Este modo restrito de pensar o trabalho a partir da lógica de gênero já foi denunciado por Marx (2013). Para ele, é preciso compreender que o trabalho tem um sentido mais amplo e ontológico. O trabalho é parte integrante da história e da vida humana, diferindo de outros realizados por seres vivos de outras espécies. Através dele, ocorre a transformação da natureza, a fim de atender à evolução das necessidades humanas.

Talvez, por essa razão, faz com que alguns, mesmo reconhecendo as qualidades da mulher para assumir um setor importante na empresa, não o fazem, tendem a se manter no pensamento negativista sobre a mulher, não se importando com as orientações governamentais ou legais. Como dizia Machel, num dos seus discursos ao instar com a necessidade de participação da mulher em todas as esferas sociais: “[...] mulheres, igualmente devem participar na escolha e devem aparecer no exercício das responsabilidades lutando contra a tendência arcaica de discriminar a mulher [...]” (Machel, 1979, p. 34), pois, a situação de discriminação da mulher é bem notória.

Apesar das várias situações a que a mulher moçambicana passou ou passa, podemos notar que, atualmente, existem muitas mulheres, com elevados graus acadêmicos, integradas na área da educação e da saúde, na magistratura, em sindicatos, na investigação e nos meios de comunicação social. É notório o aumento do número daquelas que obtêm graduação universitária e pós-graduação. No entanto, é necessário buscar uma maior libertação, tanto em relação à qualidade de vida familiar e da própria mulher, quanto à situação socio laboral.

No entanto, há necessidade de que se invista mais no que diz respeito à questão da valorização e do reconhecimento da mulher enquanto ser social e trabalhadora na sociedade. Sendo que, independentemente da sua condição social, ela traz consigo marcas de sofrimento, pois “[...] são vítimas tanto da discriminação contra os segmentos pobres e vulneráveis da sociedade como da discriminação resultante da desigualdade do gênero” (Moçambique. 2007, p. 6). Assim, são verificados progressos governamentais na área legislativa sobre a mulher, mas carece da sua aplicação prática de forma mais ativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas breves considerações sobre a relação da mulher com o trabalho no contexto social, político e econômico destacam a longa jornada que ainda precisa ser percorrida. As semelhanças entre as experiências das mulheres em Ponta Grossa e em Moçambique são notáveis, começando pela invisibilidade. Isso fica evidente na ausência de registros sobre mulheres nos descritores utilizados nos jornais pesquisados em Ponta Grossa, levantando a possibilidade de que questões relacionadas às mulheres não são consideradas relevantes. Parece haver uma falta de interesse em informar a população por meio da imprensa sobre assuntos que afetam as mulheres.

Em Moçambique, a invisibilidade se manifesta ao desconsiderar as condições de trabalho das mulheres, a necessidade de formação para o mercado de trabalho, além das políticas voltadas para a empregabilidade feminina. Esses são fatos que, em ambos os contextos analisados, tornam necessária uma retomada de ações inclusivas para as mulheres no mercado de trabalho. O desrespeito ao trabalho das mulheres e a desvalorização da remuneração em relação ao trabalho masculino ainda são pontos a serem superados. As diferenças de sexo, cor, idade ou qualquer outro aspecto discriminatório não devem interferir no salário a ser pago a essas trabalhadoras, que, muitas vezes, também sustentam suas famílias com seus ganhos. Reconhecemos que essa análise, que conecta a mulher, o trabalho e a imprensa, nos lembra que os acontecimentos sociais não ocorrem de modo isolado. A imprensa, por vezes, tende a noticiar assuntos que beneficiam a classe hegemônica, portanto, ela não é neutra. O próprio silenciamento da imprensa também comunica uma mensagem, na ausência das palavras.

Concordamos com a seguinte autora quando ela afirma que “[...] a imprensa traduz uma luta político-ideológica na qual se envolvem os defensores da ordem estabelecida e os que a criticam. Entre esses dois extremos há muitas nuances; as críticas e defesas são diversificadas, cabendo ao historiador captar todos os matizes” (Capelato, 1988, p. 33).

Destacamos ainda, nestas palavras finais (o que não significa que este assunto esteja desprovido de novas reflexões e análises), que os problemas relacionados ao trabalho e aos que o executam não se restringem somente às mulheres. As contradições neste processo de capitalização do trabalho, entendido como algo que acontece desvinculado do homem enquanto ser social, evidencia a desconsideração do trabalho como atividade humana. A autora Lúcia Aranha (1999, p. 25-26) relembra que, para Marx, “[...] a sociabilidade humana tem no trabalho o seu fundamento, trata-se de uma mediação histórico-social e, não se efetiva fora das relações sociais”

É preciso compreender que as mudanças necessárias para romper com a ideologia dominante, instaurada sobre a desvalorização do trabalho e a coisificação da massa proletária, têm seu início nos bancos escolares. O conhecimento das letras, o significado delas, a leitura de mundo e a compreensão do contexto social no qual estamos inseridos são

ferramentas que o trabalhador poderá utilizar a fim de se perceber como parte importante do seu processo produtivo ao executar o seu trabalho.

REFERÊNCIAS

AO MENOS valorizem-nas. **Tempo**, Maputo, n. 1458, p. 42-43, 31 out. 1999.

ARANHA, L. **Educação e trabalho no contexto da terceira revolução industrial**. São Cristóvão: Ed. da UFS, 1999.

ASSÉDIO sexual leva mulheres ao desemprego. **Tempo**, Maputo, n. 1450, p. 49, 29 ago. 1999.

AZERÊDO, S. **Preconceito contra a “mulher”**: diferença, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2007. v. 1.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 79.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.

CALONGA, M. D. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história. **Comunicação & Mercado/UNIGRAN**, Dourados, MS, v. 01, n. 02, ed. esp., p. 79-87, nov. 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/177606-O-jornal-e-suas-representacoes-objeto-ou-fonte-da-historia-1.html>. Acesso em: 09 jul. 2021.

CAPELATO, M. H. R. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto: EDUSP, 1988.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1988

CARVALHO, C. H.; INÁCIO FILHO, G. Debates educacionais na imprensa: republicanos e católicos no triângulo mineiro – MG (1892-1931). In: SCHELBAUER, A. R.; ARAÚJO, J. C. S. (org.). **História da educação pela imprensa**. Campinas: Alínea, 2007. p. 53-84.

CASTILHO, F. Revista Tempo, o sucesso de ser escutada. **Tempo**, n. 1438, p. 28-32, maio, 1999.

DEZENOVE de dezembro, **Coritiba**, Paraná, Brazil, Anno XVI, n. 1041, p. 1-4, out. 1869.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Tradução Leandro Konder. 3. ed. São Paulo: Expressão popular, 2012.

FARIA FILHO, L. M.; CHAMON, C. S.; ROSA, W. M. **Educação elementar**: Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

GEMO, F. Revista Tempo, mulheres querem aplicar decisões de Beijing. **Tempo**, n. 1344, p. 23-32, 1996.

GRAF. M. E. C. **Imprensa periódica e escravidão no Paraná**. [Curitiba]: Grafipar, 1981.

IBGE: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2003. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 10 dez. 2022.

IGLÉSIAS, O. **África, a mulher Moçambicana e a NEPAD**. Lisboa: Departamento de História, Universidade Lusófona, Lisboa Campus Social, 2007. p. 133-151.

IMPrensa negra é destaque no site do Arquivo Público. São Paulo: Arquivo Público, 2011. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/imprensa-negra-e-destaque-no-site-do-arquivo-publico/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça – 1990 a 2004**, 2004.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Segundo tratado sobre o governo. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores).

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCA, T. R.; MARTINS, A. L. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MACHEL, S. M. **Estabelecer o poder popular para servir às massas**. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. I, tomo 2.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultura, 1978 (Coleção Os Pensadores).

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MÉSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique**. I Série – n. 44, Maputo: Assembleia Popular, 1990.

MOÇAMBIQUE. FIDH - Federación Internacional de Derechos Humanos & LDH, Liga Moçambicana de Direitos Humanos. **Direitos de mulher no Moçambique: dever de terminar práticas ilegais**. Maputo: FIDH Mozambique, n. 474/4, 2007.

MOÇAMBIQUE. **Resolução nº4/93**. Ratifica a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Maputo, I SÉRIE, n. 22, 1993.

NASCIMENTO, M. I. M. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais – PR**. 2004. 205 f. (Tese de doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 2004. Disponível em: <https://ri.uepg.br/riuepg/handle/123456789/473?show=full>. Acesso em: 09 jul. 2021.

NÓVOA, A. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H.C. (org.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

OLIVEIRA, R. S. de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens no Brasil (1808-1930). **História**, Rio Grande, v. 2, n. 3, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2614/1425>. Acesso em: 09 jul.2021.

PALLARES-BURKE, M. L. G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 104, p. 144-161, jul. 1998. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/723/737>. Acesso em: 09 jul. 2021.

PASQUINI, A. S.; TOLEDO, C. A. A. Historiografia da educação à imprensa enquanto fonte de investigação: a imprensa enquanto fonte de investigação. **Interfaces científicas: Educação**, Aracaju, v. 2, n. 3, p. 257, 2014.

SANTANA, J. S. **Mulheres africanas de Moçambique na Revista Tempo (1975-1985)**. Itajaí, RJ: Casa Aberta, 2014.

SCHWARCZ, L. M. Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: raça e cor na intimidade. In: SCHWARCZ, L. M. (org.) **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, C. M. N.; NASCIMENTO, C. V.; ZICA, M. C. Imprensa e educação na segunda metade dos oitocentos. In: MIZUTA, C. M. M.; FARIA FILHO, L. M.; PERIOTTO, M. R. **Império em debate: imprensa e educação no Brasil oitocentista**. Maringá: EDUEM, 2010. p. 223-251.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOSA, D. A. C. **A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

SOUZA, R. N. A educação feminina moçambicana em contos de Lília Momplé. **Sociopoética**, v. 2, n. 21, p. 50-61, jul./dez. 2019.

AUTORIA:

* Mestrado em Administração e Gestão Educacional pela Universidade Pedagógica – Moçambique. Professora da Universidade Rovuma Moçambique. Contato: felisminvantitia@gmail.com

** Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-Pr. Professora da Universidade do Centro-Oeste do Paraná. Contato: pedisabel@yahoo.com.br

*** Graduada em pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-Pr. Pesquisadora Independente. Contato: hemilimarui192@gmail.com

**** Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-Pr. Diretora Geral do Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente. CAIC - Órgão Suplementar da Universidade Estadual de Ponta Grossa-Pr. Contato: rosianesilva@uepg.br

***** Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-Pr. Secretaria de educação do Paraná - SEED. Contato: regianeh@gmail.com

COMO CITAR ABNT:

VANTITIA, F. J. B.; PALHANO, I. C.; MARUIM, H. T.; SILVA, R. M. da; GARCIA, R. H. Convergências da mulher brasileira e da moçambicana no trabalho (1990- 1999). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 24, p. 1-23, 2024. DOI: 10.20396/rho.v24i00.8673557. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8673557>. Acesso em: 15 abr. 2024.

Notas

¹ **Moçambique:** foi colonizado por Portugal, e alcançou a sua independência em 25 de junho de 1975. É um país que se localiza na costa oriental de África Austral, que tem como limites: a Norte, a Tanzânia; a nordeste é separado pelos países do Malawi e Zâmbia; a Oeste o Zimbábue; a leste o Oceano Índico; e, a sudoeste, a África do Sul e Suazilândia. (notas do autor).

² **Samora Moisés Machel:** foi o primeiro presidente da República Popular de Moçambique. Morreu no acidente de Mbuzini, em 19 de outubro de 1986. (notas do autor).

³ **Revista Tempo:** Revista impressa com imagens ilustrativas e de maior circulação no país entre os anos de 1970-2000.